



# PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 197

**KABEN DJUOI – LIÇÕES DE UM PROJETO INÉDITO**

**Luís Indriúnas  
Ligia T. L. Simonian**

**Belém, Outubro de 2006**

**O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)** é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

**Papers do NAEA - Papers do NAEA** - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



## **Universidade Federal do Pará**

### **Reitor**

Alex Bolonha Fiúza de Mello

### **Vice-reitor**

Regina Fátima Feio Barroso

## **Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**

### **Diretor**

Edna Maria Ramos de Castro

### **Diretor Adjunto**

Thomas Hurtienne

## **Conselho editorial do NAEA**

Armin Mathis

Luis Aragon

Francisco de Assis Costa

Oriana Almeida

Rosa Acevedo Marin

## **Sector de Editoração**

E-mail: [editora\\_naea@ufpa.br](mailto:editora_naea@ufpa.br)

Papers do NAEA: [Papers\\_naea@ufpa.br](mailto:Papers_naea@ufpa.br)

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 198

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

# KABEN DJUOI – LIÇÕES DE UM PROJETO INÉDITO

---

*Luís Indriúnas  
Ligia T. L. Simonian*

## **Resumo:**

Ao redor do Projeto Carajás, no sudeste do estado do Pará, um projeto de manejo comunitário inédito foi delineado nos últimos anos. Ao envolver práticas e modos de pensamento e instituições distintas, o Kaben Djuoi,<sup>1</sup> dos Xikrin do Cateté, foi desenvolvido na Terra Indígena (TI) Xikrin do Cateté (Pará). Esse projeto é complexo, não só por seu ineditismo, mas pelo número de atores sociais envolvidos e pelas relações decorrentes.

**Palavras-chave:** Kaben Djuon. Atores sociais. Questão indigenista.

---

<sup>1</sup> O termo *Kaben Djoui* tem duplo significado em kayapó: o dono da fala ou a fala certa (C. Gordon, 2003, informação verbal/i. v.).

A velocidade para os índios e brancos, em todos os sentidos, é muito diferente. Enquanto a do homem branco navega com o pensamento, a dos índios caminha como a noite e o dia, levando uma enorme desvantagem (TERENA, 2000, p. A-3).

## 1 INTRODUÇÃO

Ao redor do Projeto Carajás, no sudeste do estado do Pará, um projeto de manejo comunitário inédito foi delineado nos últimos anos. Ao envolver práticas e modos de pensamento e instituições distintas, o *Kaben Djuoi*,<sup>2</sup> dos Xikrin do Cateté, foi desenvolvido na Terra Indígena (TI) Xikrin do Cateté (Pará). Esse projeto é complexo, não só por seu ineditismo, mas pelo número de atores sociais envolvidos e pelas relações decorrentes.

Complexidades como as que envolvem atores sociais diversos em contextos de populações tradicionais, foram recentemente abordadas por Simonian (2005). No caso em discussão, tem-se: uma comunidade (sic) indígena Kayapó como os Xikrin do Cateté, a organização não-governamental Instituto Socioambiental (ISA), a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), instituições públicas como Fundação Nacional do Índio (Funai) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais (Ibama), e a exportadora de madeira Brumila. Também, participam atores sociais indiretos, como os comerciantes de cidades do sudeste do Pará (Marabá e Água Azul do Norte) e fornecedores locais como os da empresa Mata Terraplanagem<sup>3</sup>.

Esse projeto tinha objetivos amplos envolvendo mudanças de diretrizes políticas sobre a questão indigenista no Brasil. De acordo com um dos principais atores sociais envolvidos no projeto – a Associação Bep-Nói –, os objetivos eram:

[...] (i) em curto prazo, afastar ou enfraquecer as possibilidades de reatamento dos interesses da comunidade indígena com os agentes econômicos do modelo regional predatório, especialmente as empresas madeireiras interessadas no corte do mogno; (ii) a médio prazo, gerar um volume regular de renda compatível com as demandas indígenas por bens e serviços; e, (iii) a longo prazo, promover a sustentabilidade socioambiental da área Xikrin, difundir o modelo para outras áreas indígenas, especialmente para as demais áreas Kayapó e contribuir para o fortalecimento dos direitos indígenas sobre a gestão dos seus recursos naturais (ASSOCIAÇÃO BEP-NÓI, 2001, p. 6).

---

<sup>2</sup> O termo *Kaben Djuoi* tem duplo significado em kayapó: o dono da fala ou a fala certa (C. Gordon, 2003, informação verbal/i. v.).

<sup>3</sup> Esta é uma empreiteira cujos proprietários e equipe vivem em Tucumã.

Como se vê, dentre outras questões, tais objetivos remetem ao processo de inserção dos Kayapó na sociedade brasileira, à sustentabilidade, à geração de renda e à cidadania.

Este artigo é um resumo do estudo de caso concluído em 2004, sendo que a pesquisa de campo começou efetivamente em março de 2002 e foi finalizada em janeiro de 2004, mas em períodos intermitentes (INDRIÚNAS, 2004)<sup>4</sup>. No que diz respeito à metodologia utilizada, levou-se em conta conceitos estruturais básicos para um estudo de caso em ciências sociais como os apontados por Abramo (1979), além de orientações práticas que puderam ser apreendidas em Yin (1994). Obviamente, a experiência de jornalista do pesquisador incluiu conceitos e práticas já adquiridas quando de sua formação específica. Uma delas, segundo o entendimento de Medina (1986), toma por base a entrevista.

Merece destaque neste ponto, o fato de que mesmo a simples relação existente entre os atores sociais envolvidos no Projeto Kaben Djuoi seja suficiente para revelar uma diversidade de questões que podem ser abordadas em uma pesquisa de natureza interdisciplinar. Dentre estas questões, tem-se os aspectos econômicos, sociais, antropológicos, culturais e políticos. Mas, pelas circunstâncias específicas, o estudo foi centrado nas áreas econômica, histórica e político-institucional. A pesquisa contou com levantamentos de campo, documental e bibliográfico, e enquadra-se nos 15 anos do projeto, mais especificamente de 1988 a 2003.

Nessa perspectiva, duas questões práticas foram importantes para que o estudo seguisse esse caminho. A primeira é o acesso a uma vasta documentação sobre o projeto, cedida por várias pessoas entrevistadas, principalmente, pelo diretor-adjunto do ISA, Nilton Tatto. A segunda refere-se ao limite em relação aos aspectos antropológicos. O tempo da pesquisa de campo foi curto e a falta de conhecimento do pesquisador sobre a língua Jê foi outro obstáculo. Para tentar suprir essa lacuna, buscou-se a literatura existente sobre os Xikrin do Cateté e os Kayapó (CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO, 1991; DAVIS, 1997; FISHER, 1991; GIANNINI, 2002, 2000, 1996, 1994; MORSELLO, 2002; TURNER, 1998, 1993; VIDAL, 1989, 1977). Atenção especial foi dada à tese de doutorado de Gordon (2003), que se tornou essencial para as conclusões do trabalho.

Os 716 Xikrin do Cateté (SOUZA, 2002) vivem divididos em duas aldeias na TI Xikrin do Cateté. Esta área situa-se em uma região intermediária entre a floresta tropical e o cerrado no sudeste do estado do Pará, sendo uma importante região de transição de ecossistemas. Junto com Rondônia e Mato Grosso, a área de Carajás também faz parte do chamado “[...] arco do desmatamento” (BARRETO, 2002; GROGAN et al., 2002). E junto com os outros Kayapó, contribuem efetivamente como bloqueadoras do desmatamento em uma das áreas mais devastadas da Amazônia brasileira, o sul do Pará, mesmo com o histórico de comércio ilegal de mogno (*Swietenia macrophylla* King). Conforme John (2003), tal fato pode ser visto em imagens de satélite.

---

<sup>4</sup> Os dados utilizados nesse *paper* foram produzidos para subsidiar a dissertação “Projeto de manejo florestal dos Xikrin do Cateté: perspectivas econômicas, históricas e político-institucionais”, de autoria de Luís Indriúnas (2004), produzida no contexto do Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento (Plades), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA) e sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ligia T. L. Simonian.

Após essa introdução acerca do que foi encontrado sobre o Kaben Djuoi, é de se começar a responder algumas indagações que, na verdade, tentam abranger uma questão mais ampla. O que um projeto como o *Kaben Djuoi* pode ensinar? A análise que se segue não pretende ser utilitarista, adjetivo carregado de sentido reducionista, mas serão apontados possíveis caminhos dentro dos limites da pesquisa. E, diga-se, não que esses caminhos sejam os únicos, nem os mais corretos.

## 2 O PROJETO KABEN DJUOI E SEU CONTEXTO

A retornar-se ao Projeto *Kaben Djuoi* em si e como apontou Souza (2002), é possível dividi-lo em três etapas históricas distintas. A primeira seria ruptura com modelo predatório vigente. A segunda, o trabalho para garantir os alicerces técnicos, legais e políticos. A terceira etapa, a da extração. Esse projeto começa a ser gerido no período em que os madeireiros entram na área Xikrin, por volta de 1989. Essas negociações coincidem com a paralisação do convênio entre os índios e a CVRD, conforme aponta Vidal (1989). No entanto, a adesão dos Xikrin ao *Kaben Djuoi* foi se solidificando aos poucos.

Inicialmente, houve um interesse essencialmente econômico dos índios, como relata Giannini (2002, p. 107):

[...] e aproveitando minha presença na área como antropóloga pesquisadora, os Xikrin solicitavam esclarecimentos sobre diversas questões de interesse imediato para a comunidade: o comércio de madeira, formas de realizar contratos, preços da madeira de lei, contabilidade envolvendo bens de consumo, cubagem de madeira, poupança etc.

Para evitar que apenas esses aspectos fossem priorizados, antropólogos e outros profissionais do Centro Ecumênico de Documentação Indígena (CEDI) começaram a discutir com os índios a dimensão ecológica da exploração madeireira e outras possibilidades de exploração. Pelo que se levantou em campo (Giannini, 2003, entrevista; Florivaldo Souza, 2003, entrevista), é de salientar-se que a intenção do projeto era consorciar madeira com outras explorações, como a de castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* H. B. K. (LECYTHIDACEAE) Mart.), de óleo de babaçu (*Orbygnia phalerata martiana*; *oleifera* – AREACACEAE) e de palmito de açai (*Eutherpe oleracea* Mart.).

Nos anos iniciais, quando a equipe do CEDI começava a fazer os primeiros inventários, ainda havia notícias de entradas de madeireiros na área. O último madeireiro saiu em 1993 (SOUZA, 2002). Assim, foi um período de oito anos de exploração ilegal na reserva. A coesão total dos índios, em torno do projeto só iria acontecer por volta de 1996. Seu símbolo maior está no ritual que Giannini (2000, p. 497) descreve:

Para esse ritual, os Xikrin levaram três anos perseguindo seus objetivos. Conseguiram as bandeiras, negociaram pacientemente os coletes com os

agentes do Ibama e Polícia Federal (em Marabá), me convenceram a escolher e comprar um terno e uma gravata, e o Fernando [Vianna, antropólogo] para a confecção dos uniformes [...]. Tudo foi pensando, as negociações eram feitas de forma a que eles adquirissem as coisas das pessoas chaves, não serve qualquer colete, mas sim os autênticos, dados pelos agentes do Ibama e da PF; não serve qualquer terno, mas um comprado em Brasília [...] e assim por diante. As coisas devem “possuir” a identidade e das pessoas [...]

A importância do projeto para os Xikrin também estaria no prestígio que poderia causar junto a outros Kayapó. Entre os índios dessa etnia, o projeto foi considerado exemplo a ser seguido (ZIMMERMAN et al., 2001) e o próprio grupo, via o sucesso como um sinal de status entre os Kayapó (GORDON, 2003). A presença e tomada de decisões dos Xikrin durante o projeto sempre foram intensas com uma diminuição apenas na fase final do processo.

As lideranças dos Xikrin sempre participaram das reuniões, contando com a presença de representantes das duas aldeias seja no *ngabe* de uma das aldeias, na Vale, no ISA ou na Funai. Tal comportamento somente mudou em 2002, quando a aldeia *Djudjê-kô* decidiu não participar de uma reunião sobre o projeto no *ngabe* do Cateté e acabou conversando com a antropóloga em separado (Giannini, I., 2003, entrevista). Como se depreende de entrevistas e documentos (CVRD, 2003, correspondência; Giannini, 2003; Gordon, 2003, correspondência; Karangré, 2003, entrevista) em todas as mobilizações feitas pelos Xikrin dentro das dependências da Vale na década de 1990 (a maioria com relação ao projeto), os grupos participaram juntos, mesmo quando algumas lideranças mostravam-se contrárias a tal política.

Antes, no entanto, de continuar a discussão da participação Xikrin no *Kaben Djuoi*, é necessário descrever um pouco da história dos aspectos técnicos, que foram modificando concepções do projeto ao longo dos anos. Uma maneira clara de perceber essas mudanças é a trajetória da escolha da área para a exploração. Desde o início, ficou estabelecido que 10% dos 439.150,05 hectares da reserva seriam destinados ao manejo para a exploração madeireira. Um macrozoneamento ecológico foi feito de 1993 a 1997, levando em consideração critérios de proteção, utilização e plantio. Assim foi possível dividir a área em cinco zonas específicas (ASSOCIAÇÃO BEP-NÓI, 2001, 2000)<sup>5</sup>. A escolha da área de destino comercial, no entanto, despontou uma das maiores dificuldades.

A primeira intenção dos idealizadores era usar a área onde já houvera exploração pelos madeireiros de Tucumã e que margeia a estrada, ligando as aldeias ao município. O objetivo era, ocupando tal espaço, conseguir deter a entrada de madeireiros na reserva. Entretanto, alguns aspectos técnicos acabaram por inviabilizar a idéia. Primeiro, por já ter sido explorado pelos outros madeireiros de maneira desorganizada. Além disso, o custo de transporte pela estrada acabava inviabilizando economicamente a exploração de madeira. Conseqüentemente, outra área foi estudada.

---

<sup>5</sup> As explicações a seguir são resumos do que foi apresentado nos documentos citados.



Tais parâmetros, como aponta os documentos da Associação (2001, 2000), foram definidos a partir de uma literatura especializada<sup>6</sup>. Todas essas definições continuariam ainda dependentes de uma nova estrada para a eficaz viabilização econômica. Tal estrada, iniciada em 2001 e entregue em 2002 pela CVRD, liga as aldeias e a área do projeto à cidade de Água Azul do Norte e diminuem em mais de seis horas a viagem até Marabá (K., 2003, entrevista). Trata-se, de acordo com Souza (2002) de uma estrada de 56km aproximadamente, que além de contar com acesso à unidade de Manejo florestal e escoar a produção de toras, teve seu traçado aproveitando antigos caminhos abertos por madeireiros.

Para o projeto, segundo o plano de negócios (ASSOCIAÇÃO BEP-NÓI, 2000), a estrada possibilitaria uma economia de 60% em relação aos custos do transporte. Essa projeção acabou sendo confirmada, de acordo com levantamento feito pelos engenheiros florestais do projeto. Em 2001, conforme posto por Max Roncoletta (2003, entrevista), o custo do frete foi de R\$64,09 o metro cúbico. Em 2002, este custo caiu para R\$30,00, valor 53,2% menor<sup>7</sup>. Enquanto na prática, a questão de transporte confirmava as intenções do plano de negócio do projeto, outros aspectos estavam aquém do esperado economicamente. A intenção dos idealizadores era que, a cada ano, a produção fosse incrementada:

Tabela 1 - Projeção do volume de madeira a ser extraída pelo projeto

Ano	Volume de extração
2000	600 m <sup>3</sup> de toras
2001	3.000 m <sup>3</sup> de toras
2002	5.000 m <sup>3</sup> de toras
2003	7.500 m <sup>3</sup> de toras

Fonte: Associação (2000, apud INDRIÚNAS, 2004, p. 82).

Os números conseguidos na pesquisa mostram, no entanto, valores bem diversos:

Tabela 2 - Volume de madeira extraída durante o funcionamento do projeto

Ano	Total explorado
2000	581,2 m <sup>3</sup> em toras
2001	1.986,19 m <sup>3</sup> em toras

<sup>6</sup> Precisamente os trabalhos de Graaf (1986), Higuchi (1990), Silva (1989) e Veríssimo (1997), desenvolvidos por profissionais envolvidos no trabalho.

<sup>7</sup> Em relação ao impacto ambiental da estrada, de acordo com Roncoletta, que foi engenheiro florestal do projeto de 2000 até o seu término (2003, entrevista) e Tatto (2003, entrevista), o ISA acompanhou a construção para que fossem levados em conta critérios menos prejudiciais à paisagem da reserva.

2002	1.698,48 m <sup>3</sup> em toras
Triênio	4.265,87 m <sup>3</sup> em toras

Fonte: Anexo 3 (apud INDRIÚNAS, 2004, p. 83).

As razões para esse desempenho<sup>8</sup> remetem a vários fatores, alguns dos quais serão detalhados a seguir.

Em outubro de 2000, os então ministros do Ministério do Meio Ambiente (MMA), José Sarney Filho, e da Justiça, José Gregori, participaram da cerimônia que lançou o primeiro carregamento de madeira do projeto. A princípio, a exploração desse ano teve um valor simbólico e político, já que era importante apresentar o projeto funcionando para as autoridades e os índios. “O volume total explorado no ano de 2000 foi de 581,5 metros cúbicos de madeira em tora, apenas 13,38% do volume total autorizado, isto aconteceu devido às características muito peculiares do presente projeto” (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2002, p. 7). Neste ponto, é interessante notar que cerca de 70% desse carregamento era de mogno e 70% destes foram exportados. O dinheiro dos índios foi direto para a Associação, aspecto que será discutido posteriormente.

Em 2001, ocorreram os primeiros problemas técnicos. O plano de manejo, feito por uma empresa contratada pela CVRD, tinha um erro. Houve um superdimensionamento do mogno. Um inventário feito no ano seguinte pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que pretendia estudar a regeneração da espécie, encontrou apenas 17 árvores<sup>9</sup> em 2.250 hectares (CARVALHO et al., 2002, p. 3). O problema econômico que acarreta essa constatação é óbvio. Apenas como comparação, o preço médio do mogno é US\$1.200,00 o metro cúbico e o do cedroarana (*Cedrelinga catenaeformis*) – espécie mais abundante na região – é US\$250,00 (Guerreiro, 2003, entrevista). Pelos cálculos do ISA, a estimativa de receita líquida perdida com o erro chegou a R\$100.773,84 (Roncoletta, 2003, entrevista). No final do ano, a contabilidade fechou no vermelho.

Além desse problema, o período também não era muito favorável ao mercado madeireiro internacional (CAMPANILI, 2002). Soma-se a isso, um problema de *timing*, que acabou por estragar 404,45m<sup>3</sup> de marupá (*Simaruba amara*) e tauari (*Curatari oblongifolia*). Em 2002, outro problema com relação ao inventário ocorreu. A Embrapa entra no projeto e acaba fazendo um novo inventário. Segundo os pesquisadores, a intenção era estudar a regeneração do mogno, o que acabou não podendo ocorrer, exatamente pela pouca quantidade. Um acordo entre ISA e Embrapa fez com que esta última ficasse encarregada do novo inventário. E de acordo com Instituto (2002), a ONG, em seu relatório final, aponta problemas com relação ao trabalho da autarquia.

É durante esse novo período que o ISA e a madeireira Brumila assumem outro compromisso no projeto. Os custos de serraria e estocagem foram considerados elevados e optou-se por uma nova lógica: a de ter uma serraria própria. Esse Instituto, através dos seus financiadores, e a Brumila, investiram R\$65 mil. O terreno, onde fica a serraria, é da prefeitura de Água Azul que o cedeu.

<sup>8</sup> Obviamente, a análise desses números leva em conta que não alcançar a projeção estimada não necessariamente quer dizer fracasso.

<sup>9</sup> Considerando o DAP (diâmetro a 1,30m do dolo) mínimo de 45cm.

A idéia era tornar o beneficiamento mais eficaz. O custo de terceirizar esse trabalho é alto, pois enquanto a projeção de custo com a serraria própria seria de R\$45,00 o m<sup>3</sup> de madeira serrada, o projeto pagava para serrarias locais R\$70,00 pela mesma quantidade (Souza, 2003, entrevista). Com o processo completo seria possível também montar uma marcenaria para aproveitamento de pequenas peças (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2000; Souza, 2003, entrevista; Tatto, 2003, entrevista). A serraria ficou pronta, mas até o momento não foi usada. Importa ainda lembrar também que saiu, em dezembro de 2002, o certificado do *Forest Stewardship Council* (FSC), o selo verde internacional.

É no mesmo período que os problemas de relacionamento entre os vários atores se acirram e o projeto acaba. Em 2003, não houve atividade de extração. Observa-se, também, que as vendas dos três períodos de extração se dividiram em parte para o exterior e em parte para o mercado interno, de acordo com alguns dos entrevistados; no entanto, a dimensão de exportação era essencial para a saúde financeira do projeto. No total, as receitas foram de R\$701.188,08 de 2000 a 2002, com um saldo final negativo de R\$66.418,30. O selo FSC possibilitaria, então, um incremento de até 30% (Souza, 2003, entrevista) no preço final da madeira. Tal dimensão não pôde ser confirmada, pois o selo chegou depois da última extração.

Esse caráter madeireiro, no entanto, não estava na idéia inicial do projeto. Historicamente, as primeiras discussões de alternativas sustentáveis levaram em conta um grupo de alternativas num sistema silvicultural. A idéia era aproveitar a já consolidada atividade da castanha-da-amazônia, iniciar a extração de madeira em pequena escala, projetar formas de beneficiar óleo de babaçu e palmito de açaí<sup>10</sup>. Enquanto isso, a madeira foi tomando mais e mais volume no Projeto Kaben Djuoi.

Como a madeira foi se potencializando dentro do projeto, é difícil de definir sem ter vivido cada uma das fases. Há, no entanto, alguns indicadores. O primeiro é participação mais intensiva da CVRD no projeto. A partir de 1999, a empresa começa a apoiar financeiramente o projeto:

Tabela 3: Valores em reais do financiamento da CVRD ao projeto *Kaben Djuoi*

Ano	Quantidade liberada
1999	R\$351.993,20
2000	R\$186.174,80
2001	R\$420.958,34
2002	R\$392.989,15
2003	R\$31.144,79
Total	R\$1.383.260,28

Fonte: CVRD (2003, apud INDRIÚNAS, 2004, p. 88).

Nestes termos, pelo que se vê em CVRD (2003, correspondência), “[...] não estão incluídos os gastos com abertura da estrada por tendo em vista que o fim principal foi garantir o acesso às aldeias”. No entanto, o engajamento dessa Companhia no projeto teria acontecido de maneira lenta, com

<sup>10</sup> No capítulo 2 da dissertação, alertou-se para o grande volume de palmeiras nessa TI (INDRIÚNAS, 2003).

diversas reuniões e negociações (Instituto, 2002). A necessidade da presença mais efetiva da CVRD foi detectada juntamente com a decisão pela terceira área como zona de comercialização. A estrada se tornava imprescindível e o aporte financeiro da empresa teve que ser acionado.

Entre os vários itens negociados estavam as áreas a serem inventariadas para o manejo. Os idealizadores do projeto queriam o inventário em três áreas, mas a Vale acabou negociando e aprovando o trabalho em apenas uma (Giannini, 2003, entrevista; Gordon, 2003, entrevista; Guerreiro, 2003, entrevista; Roncoletta, 2003, entrevista)<sup>11</sup>. Como o projeto apontava uma contrapartida para os índios a cada exploração, a empresa cobriu os custos da mesma. Em 2001, além do financiamento foram R\$100 mil da CVRD – R\$50 mil para cobrir o prejuízo e R\$50 mil para remunerar os índios (CAMPANILLI, 2002). Essa prática acabou se repetindo no ano seguinte. O capital de giro, em 2002, foi de R\$200 mil (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2003). Outros financiadores do projeto colaboraram conforme o Instituto (2002), sendo o maior deles o PPG-7, com R\$1.033.938,86 repassados através do MMA<sup>12</sup>.

Interessante notar que os valores atribuídos à CVRD pelo ISA são bem menores que os que a companhia diz ter gasto. Para o ISA, foram R\$794.623,28 da Companhia (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2002). Para a Vale, foram R\$1.383.260,28 de 1999 a 2003 (CVRD, correspondência, 2003). Nesta perspectiva, durante o trabalho de campo, foi possível perceber que os números e o dinheiro, chamado pelos Xikrin de *piôkaprin* ou folhas pálidas como define Gordon (2003), estavam sempre presentes em suas mentes.

E entre as razões listadas para o descontentamento do projeto estava a questão financeira. “O projeto dava muito pouco [...]”, afirmaram pelo menos três lideranças durante o trabalho de campo. Aliás, Gordon (2003, p. 134) já havia salientado essa questão: “Uma boa safra de madeira retirada pelo Projeto renderia anualmente aos Xikrin o que eles recebem em dois meses de Verba Mensal”<sup>13</sup>. Portanto, na concepção Xikrin, não havia porque privilegiar o projeto. Suas estratégias de política econômica seriam mais lucrativas se direcionadas às negociações com a Companhia<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Também foi detectado por alguns entrevistados que uma certa hierarquização e burocracia emperraram também as negociações com a Vale, o que seria uma das razões para o atraso da construção da estrada.

<sup>12</sup> Outros financiadores foram ICCO, Fundação Ford, PNPI, Programa Norueguês para Povos Indígenas, Comissão Européia (CE) e a Associação Bep-Nói. Todos em menor volume de recursos.

<sup>13</sup> Apenas para detalhar os valores: “No Cateté, a parte dos R\$35 mil que corresponde a salários de chefes e elite negocia soma quase R\$7.500,00. Ou seja, 2% da população da aldeia do Cateté fica com mais de 21% da VM (verba mensal). O montante por família nuclear cairia assim a R\$269,00 por mês, se o restante fosse dividido igualmente em espécie. No Djudjekô, a situação é semelhante: dos R\$ 15 mil da VM que cabe à aldeia, R\$4 mil servem aos chefes. Ou seja, menos de 2% da aldeia apropria-se de quase 27% dos recursos. Se o restante fosse dividido igualmente em espécie por família nuclear, cada uma receberia, ainda assim, R\$211,00. No cômputo geral, somando as duas aldeias, o quinhão da VM destinada ao pagamento dos líderes – 15 indivíduos, ou cerca de 2% da população total – chega a 23% (R\$11.480,00 de um total de R\$50 mil). Somente daí, portanto, os líderes obtêm em média quase 15 vezes mais do que cada Xikrin que não é chefe” (GORDON, 2003, p. 185).

<sup>14</sup> Aqui gostaria de detalhar um pouco mais sobre a VM. Esse benefício foi instituído em 1989, como uma forma de manter as lideranças afastadas da negociação com madeireiros. O valor da primeira VM (de 1998) seria o equivalente a R\$15.000,00 (valores de 2002). O que se constatou, no entanto, é um aumento ainda maior dessa verba que, em 2003, era de R\$55.000,00 para o Cateté e R\$25.000,00 para o Djudjekô. Esse montante é dividido entre as lideranças e seus grupos.

Apenas a questão financeira, no entanto, não explica a paralisação das atividades do projeto. Os problemas técnicos que foram levantados eram percebidos pelos índios. Nas palavras do ISA:

Desde a comercialização da madeira extraída no ano de 2001, os índios Xikrin passaram a expressar de várias formas o seu descontentamento com o projeto. Perceberam o nervosismo da equipe com os erros cometidos nos levantamentos do diagnóstico e censo florestal, assim como a indefinição na análise da viabilidade financeira do empreendimento. Por outro lado, a equipe teve que dar conta dos erros cometidos por terceiros para poder realizar a safra de 2003, e várias decisões foram tomadas sem que houvesse discussão e participação dos índios Xikrin. O ano foi difícil para todos (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2003, p. 115).

Outras questões políticas entre brancos e brancos, entre índios e índios e entre índios e brancos contribuíram para a paralisação do projeto em 2003.

Quanto à Funai, o órgão mostrou uma certa ambigüidade e inconstância em relação aos Xikrin e ao projeto. Tal procedimento pode ter tido fundamentos na própria estrutura da Fundação. Localmente, o órgão atende com 30 funcionários cerca de 3.500 índios de 22 aldeias diferentes. Nacionalmente, há vários grupos dentro da Funai que, em alguns momentos, não apoiaram ou atrasaram o projeto Xikrin. O apoio ao projeto, com relação à Funai-Marabá, materializou-se com o suporte físico, instalando a sede da Associação ao lado no terreno dessa Instituição, onde permaneceu localizada até o ano de 2002.

No que diz respeito à perspectiva fiscalizadora, a pesquisa identificou uma ausência das instituições governamentais, a exemplo do Ibama. Sua presença só aconteceu na etapa final do projeto quando as relações entre ISA, madeireira e os índios já se deterioravam. Só em 2002, a Funai local enviou um engenheiro florestal para verificar o que acontecia no projeto. Alguns integrantes da Funai, como o chefe de posto do Cateté, participaram mais intensamente do projeto, mas fora dos quadros dessa Fundação.

Com a saída do ISA, representantes do órgão começaram a questionar o andamento do projeto, chegando a denunciar as relações entre a Brumila e os índios junto à Procuradoria Geral da República (PGR), que resultou no procedimento administrativo, n. 1.23.001.000002/2003-90, onde a referida Fundação questiona um contrato sem a assinatura do ISA. O acirramento do relacionamento entre Brumila e Funai, acontece logo a seguir do episódio da retirada dos integrantes do projeto de manejo na área. Para entender aspectos desse embate burocrático é preciso contextualizar um pouco do episódio.

Conforme já foi dito no relato do ISA, no ano de 2002, o relacionamento entre a ONG e os índios já se arrefecia. O ápice desse drama (acho que o termo talvez seja o mais apropriado) aconteceu quando, durante novembro, os Xikrin decidiram tirar os integrantes do manejo da área. Em campo, foi possível identificar algumas linhas de tensão. Alguns entrevistados lembraram, de maneiras diferentes, fatos corriqueiros que acabaram minando o relacionamento. Os Xikrin iam freqüentemente à área do

projeto para caçar, provavelmente utilizando a atividade para fiscalizar o projeto. Em certas ocasiões, os índios acabaram com o “rancho” dos profissionais, comendo o que havia no local e levando o restante. Para tentar limitar essa prática, os integrantes (E. Araújo, 2003, entrevista; Gordon, 2003, entrevista; Instituto, 2003; Roncoletta, 2003, entrevista; Silva, 2003, entrevista; Alberto L. da Costa, 2003, entrevista) começaram a frear tal conduta, o que acabou incomodando os índios.

Essa conduta e os questionamentos sobre o projeto no interior das aldeias acabaram acirrando o conflito. Numa ação aparentemente desarticulada, os índios decidiram retirar os integrantes do projeto da área. Foi dado um prazo de 12 horas para a saída da equipe e os equipamentos (computadores, papéis e algumas ferramentas) foram levados pelos índios para o posto da Funai na aldeia Cateté. Resumidamente, é possível concluir que parte das lideranças da Cateté decidiu paralisar o processo, o que foi acompanhado, apesar de algumas oposições às ações por outras lideranças Xikrin.

O ISA tem apontado, em publicações e relatórios, uma auto-avaliação dos seus procedimentos durante a execução do projeto. Em publicação do *site* em 2000, ou seja, no início do projeto já se apontava as dificuldades que ocorreram e ainda poderiam vir a acontecer:

A alternativa de manejo socioambiental criado e aplicado em conjunto com os Xikrin do Cateté representou, para o ISA, uma experiência que enfrentasse os seguintes desafios:

- a) ineditismo da proposta e reações por parte dos órgãos oficiais;
- b) falta de recursos financeiros e de capital inicial para o desenvolvimento do projeto de exploração, transporte e beneficiamento dos recursos madeireiros e da castanha-do-pará;
- c) pouco conhecimento dos requisitos legais necessários para a comercialização interna/externa dos produtos madeireiros e não-madeireiros;
- d) pouca capacitação administrativa por parte da Associação Bep-Nói;
- e) capacidade precária de gerenciamento por parte do ISA;
- f) falta de uma coordenação mais presente no dia-a-dia do projeto;
- g) constantes invasões promovidas por empresas madeireiras na área Xikrin;

h) poucas opções de parceiros locais (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2000)<sup>15</sup>.

Essa lista é útil para lembrar alguns aspectos ainda não discutidos<sup>16</sup>. Assim, o item “a” mostra o conflito que aconteceu nos últimos anos entre a Funai, o ISA e a Brumila, mas também salienta a tramitação burocrática da aprovação do projeto. Já o item “d” pode ser verificado durante a pesquisa de campo, quando foi solicitada a documentação do projeto, e foi possível não conseguindo as informações através dos funcionários da Bép-Noi<sup>17</sup>.

No que diz respeito ao item “f”, alguns dos entrevistados apontaram a falta de coordenação no dia-a-dia de várias maneiras. Para alguns, os Xikrin reclamavam que queriam ver o chefe, mesmo tendo um bom relacionamento com os que estavam na frente do campo, pois eles percebiam que não eram estes os que poderiam decidir. Em 2002, aconteceu um hiato quando não houve a interlocução permanente de um antropólogo que soubesse também a língua. Giannini, que havia se retirado do projeto em 2000, sendo substituída por César Gordon, volta rapidamente em julho de 2002. Gordon teve que se retirar para cumprir compromissos acadêmicos.

O item “g”, ao que tudo indica, foi uma constante apenas no início do projeto e será discutido na análise. O item “h” aponta para dois problemas encontrados pelos idealizadores. O primeiro foi quanto à escolha da madeira. Havia, por exemplo, madeiras como a Peracchi, interessada em participar do projeto e com a infra-estrutura adequada, mas seria completamente contraditória sua inclusão, já que a empresa sofria processo levantado pelo próprio ISA. A Brumila foi incluída porque tinha qualidades de infra-estrutura para serragem que interessava a um possível comprador, qual seja, a madeira Van den Berg, que já tinha um projeto de manejo madeireiro comunitário em Papua Nova Guiné. Mas, o acordo de compra e venda, no entanto, não foi firmado pelo atraso burocrático já citado. Na outra ponta, a Brumila sempre trabalhou apenas essa atividade, às vezes terceirizando parte da serragem, comprando árvores de terceiros, pois não tinha estrutura para exploração. O problema foi equacionado pela entrada da Mata Terra Planagem, empresa local que, segundo o ISA, satisfaz o trabalho e foi apontada como necessária para a continuação do projeto.

O relacionamento desses vários atores com os índios, de alguma maneira, já foi discutido. Na primeira viagem de campo da pesquisa, o ISA foi apontado pelas lideranças como ruim. “O ISA quer mandar em tudo [...]”, disse uma das lideranças na época. O discurso acabou sendo atenuado durante a segunda viagem, onde, depois de um ano sem o projeto, começaram a se interessar pela volta desse

---

<sup>15</sup> Para facilitar a enumeração ora realizada, ordenou-se os itens através das letras do alfabeto, o que não acontece no documento original.

<sup>16</sup> Os itens “b”, “c” e “e” já foram discutidos anteriormente.

<sup>17</sup> Nesse sentido, o ISA procurou amenizar o problema com programas de capacitação dentro da Associação, de agosto de 2000 a setembro de 2002 (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2003, p. 115).

Instituto ou de quem pudesse continuá-lo com os índios<sup>18</sup>. A questão social sempre foi uma preocupação do ISA no projeto. A ação dessa ONG, que deve levar em conta os conceitos e premissas de seus financiadores de divisão igualitária, pode ser comparada à iniciativa do padre Carón, trabalho de décadas anteriores. Uma das preocupações do religioso foi a divisão igualitária do dinheiro recebido pelo comércio. No primeiro de pagamento do projeto, o dinheiro acabou sendo repassado diretamente para a Associação.

Na comunidade Xikrin houve uma reclamação sobre a divisão do dinheiro e que ele teria ficado pela Associação. No ano seguinte, a equipe do ISA levou os rendimentos para a aldeia, que foram divididos por pessoas. Era “[...] um malote de R\$20 mil em notas de dez (!), que foram divididos entre as turmas e entregues nominalmente a cada um, mediante recibo” (GORDON, 2003, p.190). Houve reações contrárias a tal procedimento. “O chefe Tàkàk-1 mostrou-se muito desagradado, negando-se a receber R\$200,00 que lhe couberam ditos por ele *meprinre nhô piôkaprin* (dinheiro de criança) (GORDON, 2003, p. 191). Ainda segundo esse autor, não cabe aqui discutir a fundo, mas é evidente que as lideranças têm parte do seu poder ditado pelo dinheiro.

De fato, como já foi salientado, a sociedade Xikrin tem manifestações diferentes sobre questões políticas interétnicas e internas. Os antropólogos entrevistados que já viveram entre os Xikrin confirmam que ocorrem diferentes posicionamentos em diversas decisões. A cisão das aldeias,<sup>19</sup> materializada nas duas associações, mostra que essa articulação pode ser mais complicada. Ao perguntar sobre a continuação do projeto, lideranças do *Djudjekô* mostraram-se a favor, mas salientaram que, da próxima vez, seu grupo iria querer uma divisão meio-a-meio dos lucros. Isso, apesar da aldeia ser menor em número de habitantes. No Cateté, apenas *Bep-Karoti* falou sobre o assunto.

### 3 DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Primeiramente, impõe-se ver que a implantação do Kaben Djuoi só foi possível com a participação de outras instituições, processo que minimamente remete a 15 anos atrás. Nessa perspectiva, o projeto ultrapassou vários percalços, chegando a etapas difíceis como conseguir o selo FSC, a criação de jurisprudência para a autonomia indígena, além de promover uma discussão mais profunda (porque cheia de prática) pelos atores sociais envolvidos sobre as questões de desenvolvimento sustentável. Até que ponto, isso foi alcançado ou perseguido pelos índios é difícil de detectar.

A implantação econômica do projeto, no entanto, ainda não foi alcançada. Para alguns entrevistados, essa sustentabilidade econômica poderia ter sido alcançada ainda em 2003 com a

---

<sup>18</sup> Em 2004, no entanto, os índios acabaram oficializando a desistência do projeto com um documento enviado à Funai de Marabá.

<sup>19</sup> Desde agosto de 2003, os Xikrin têm duas instituições jurídicas: a Associação Bep-Noi de Defesa do Povo do Xikrin do Cateté (ABN) e a Associação *Kákárekre* de Defesa do Povo do Xikrin do Djudjê-kô.

entrada da serraria própria, juntamente com o FSC,<sup>20</sup> e evitando problemas anteriores. Há quem apostasse em uma produção de 3.000 metros cúbicos ao ano. As limitações, no entanto, ainda trazem dúvidas. Outros duvidaram do real potencial da área para a implantação de um projeto florestal do porte definido, exatamente porque os Xikrin vivem em uma área de transição de ecossistemas (Giannini, 2003, entrevista; Guerreiro, 2003, entrevista; Roncoletta, 2003, entrevista; Silva, 2003, entrevista; Souza, 2003, entrevista; Tatto, 2003, entrevista). De qualquer modo, as conquistas conseguidas como o selo verde e a serraria não puderam ser usufruídas com a saída em dezembro de 2002 da equipe do ISA e a conseqüente suspensão do projeto. Mais do que conflitos de interesses diferenciados explicitamente, o projeto parece ter apresentado conflitos de posicionamento e direcionamento diferentes e que serão mais discutidos a seguir.

Quanto à questão da autonomia dos índios, por certo que o caminho ainda é grande. As lideranças indígenas apresentaram, durante o trabalho de campo, interesse em voltar o projeto, mas tem consciência de suas limitações. Os rombos do orçamento da Vale e falta de profissionalismo da associação são apenas dois aspectos desse problema. O processo de capacitação feito pelo ISA foi uma tentativa. Durante as discussões, os índios ampliaram seu leque de visão sobre o tema (Giannini, 2003, entrevista; Gordon, 2003, entrevista). A educação, que é considerada impreterível para o processo comunitário (SIMONIAN, 2004), teria que ser atuante e prática com relação a essas questões. Porém, alguns entrevistados apontaram negligência por parte das associações, Funai e CVRD sobre esse aspecto. Mesmo o projeto *Kaben Djuoi*, por suas proporções, negligenciou esse aspecto (Araújo, 2003, entrevista; Giannini, 2003, entrevista). Institucionalmente, o ISA terminou entrando em situações delicadas politicamente junto aos índios, como a da distribuição de dinheiro.

E houve uma clara predominância da exploração de madeira no projeto, o que contraria as indicações de autores (ASHER, 1995; DIEGUES, 1998) que defendem a diversificação. Ao que tudo indica, a priorização é escolha dos próprios índios, mas há outras possibilidades de aproveitamento, que teriam que ser detectadas. A princípio, é possível perceber que as dimensões do projeto foram sendo ampliadas ao longo do tempo. Assim, os interesses empresariais de tentar objetivar o projeto acabaram se sobrepondo a outros interesses. Em parte, a causa dessa frustração está no próprio relacionamento com os Xikrin, que ansiavam lucros imediatos. É importante aqui ressaltar que, sobre o aspecto ecológico, o projeto tem um baixíssimo impacto. A média das explorações foi 1,12m<sup>3</sup> de madeira por hectare. A floresta Xikrin teria potencial para 6m<sup>3</sup> por hectare.

As alternativas de diversificação foram discutidas, mas poucas vezes postas em prática. A extração de castanha continua sendo importante do ponto de vista antropológico, mas ressentem-se economicamente. Além disso, boa parte dos objetivos do ISA só seria alcançada num futuro ainda não completamente estimado. Conforme a pesquisa, há um afastamento temporário dos outros madeireiros após a efetivação do projeto, o que colabora para o êxito do primeiro objetivo. A saída desses atores, no entanto, teve também, além do projeto, a colaboração de outros fatores como a criação da VM da Vale do Rio Doce, a repressão à “máfia do mogno” e a escassez dessa matéria-prima dentro da TI.

---

<sup>20</sup> Essa constatação traz uma sensação de que “morremos na praia” para alguns dos envolvidos no projeto.

A ameaça, no entanto, retorna agora com a paralisação do projeto. Um ponto positivo do *Kaben Djuoi* foi também a capacitação e o relacionamento com a empresa de exploração de Tucumã. O trabalho com a empresa foi eficiente e uma oportunidade para uma empresa acostumada com a lógica predatória regional conhecer os parâmetros do desenvolvimento sustentável.

O segundo objetivo, que previa uma renda compatível para a comunidade indígena, talvez pudesse ser alcançado, logicamente, a longuíssimo prazo, com a continuação do projeto, conforme foi discutido nesse mesmo capítulo. A questão, no entanto, é tentar identificar o que é renda compatível. Essa definição ainda é uma incógnita seja pelo consumismo exacerbado dos Xikrin, seja pela VM que cobre os gastos e mantém a “inflação em espiral” como aponta Gordon (2003). O terceiro objetivo, que fala em compartilhar esse tipo de experiência em outras terras indígenas, parece que parte pode ter sido alcançada pelo menos no que trata do fortalecimento dos direitos indígenas sobre a gestão dos seus recursos naturais, já que o projeto criou uma jurisprudência até então inédita. A sustentabilidade socioambiental desses índios, no entanto, ainda é fortemente dependente dos serviços da CVRD.

Apesar de a empresa admitir sua preocupação com os aspectos do consumo dos Xikrin, a CVRD tem sido passiva tanto em relação aos estouros de Verbas Mensais quanto à dinâmica do projeto. Um dos funcionários entrevistados definiu a atual situação Xikrin como posição de “adolescente”, que algum dia será adulto, o que demonstra uma insensibilidade em relação à sociodiversidade e um desconhecimento da lógica cultural e econômica dos Xikrin. Gordon (2003) lembra que alguns funcionários reclamam da falta de “racionalidade” dos Xikrin, quando, na verdade, haveria de se descobrir a sua lógica.

Um posicionamento de superioridade parece abranger essa dinâmica. E há, assim, uma sutil queda de braço entre os dois atores. A VM é a materialização desse conflito. Obviamente, o retorno financeiro dessa verba acaba sendo muito mais vantajoso política e economicamente para os Xikrin do que o projeto. Os números já foram comparados. No entanto, talvez seja a partir de uma manipulação racional da VM pelos índios que o objetivo da capacitação e autonomia dos Xikrin pode começar a ser solidificada. Algumas atitudes, como a intervenção da PGR, foram tomadas para refrear a dinâmica depreciativa atual. E é a partir dessas negociações que órgãos públicos, antropólogos e ONG podem auxiliar numa melhor harmonização do relacionamento dos Xikrin com a sociedade envolvente. Desse modo, se estará contribuindo para a concretização de uma certa consciência para essa sociedade ágrafa quanto às finanças do branco.

A retirada da VM seria inócua, mas sua racionalização e demonstração de exemplos de caminhos para sua utilização poderão ajudar os Xikrin a se capacitarem para uma futura autonomia. Mas, esse trabalho precisaria ser acompanhado de novas alternativas de geração de renda e valorização cultural dentro da comunidade. Na verdade, atualmente os índios têm caminhado apenas pela dinâmica de pressão contra a CVRD. Já a empresa tem uma estrutura pequena (três funcionários envolvidos diretamente) e sofre de problemas com relação a um acompanhamento antropológico. Assim, o relacionamento com a Vale não seria um obstáculo, mas um caminho para propostas sustentáveis para as gerações futuras dos Xikrin.

Ainda, quanto à natureza da opção madeireira no âmbito do projeto, importa ter em mente as possibilidades da diversificação. A dimensão da exploração madeireira de projetos como esse também há de ser revista, na tentativa de buscar e;ou construir opções alternativas. Porém, concretamente, no caso do *Kaben Djuoi*, há toda uma estrutura já instalada, que deveria ser reaproveitada.

## Referências

- ABRAMO, P. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, S. (Org.). **Pesquisa social: projeto e planejamento**. Parte I. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 21-88.
- ASCHER, W. Overcoming economic obstacles in forestry. In: \_\_\_\_\_. **Community and sustainable forestry in developing countries**. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press, 1995.
- ASSOCIAÇÃO BEP-NÓI; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Plano de manejo florestal da terra indígena Xikrin do Cateté**. São Paulo: ISA, 2001. 75 p. Anexos.
- \_\_\_\_\_. **Plano de negócios – projeto de manejo florestal sustentável Xikrin do Cateté**. São Paulo: ISA, 2000. 30 p.
- CAMPANILI, M. **Exploração correta de madeira ainda é difícil na Amazônia**. São Paulo: Agência Estado, dez. 2001. Disponível em: <www.agemado.com.br/ciencia>. Acesso em: 15 dez. 2001.
- CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO. Xikrin do Cateté: continua rapina do mogno. **Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90 – sudeste do Pará**. São Paulo: CEDI, 1991. p. 398.
- \_\_\_\_\_. O mogno Kaiapó. **Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90 – Sudeste do Pará**. São Paulo: CEDI, 1991. p. 312-314.
- DAVIS, S. H. **Victims of the miracle: development and the Indians of Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 169 p.
- FISHER, W. **Dualism and its discontents: social process and village fissioning among the Xikrin-Kayapo of Central Brazil**. 1991. Tese (Doutorado em Antropologia). Cornell University, Ann Arbor, Michigan, EUA, 1991.
- GIANNINI, I. V. A Construção do novo com os Índios Xikrin. In: LIMA, A. C. de S.; HOFFMANN, M. B. (Org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas, bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 107-126.
- \_\_\_\_\_. Para entender o polêmico projeto de exploração madeireira na TI Xikrin do Cateté. In: **Povos Indígenas no Brasil 1996-2000**. São Paulo: ISA, 2000. p. 495-500.
- \_\_\_\_\_. Xikrin rompem com Modelo Predatório e defendem Manejo Sustentável. In: **Povos indígenas no Brasil 1991- 1995**. São Paulo: ISA, 1996. p 389-393.
- \_\_\_\_\_. Povos indígenas e alternativas de manejo florestal na Amazônia brasileira. Relato de uma experiência em curso para a elaboração de um plano de manejo de recursos naturais renováveis na área indígena Xikrin do Cateté. In: WORKSHOP TRADITIONAL PEOPLES AND BIODIVERSITY CONSERVATION IN LARGE TROPICAL LANDSCAPE - THE NATURE CONSERVANCY, 1994, Panamá. **Anais...** Panamá:, nov. 1994. 26 p.
- \_\_\_\_\_. VIDAL, L. Xikrin do Cateté exploram madeira. E são explorados por madeireira. In: **Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90 – Sudeste do Pará**. São Paulo: CEDI, 1991. p. 315-318.
- GORDON, C. **Folhas pálidas: a incorporação Xikrin (Mebêngôkre) do dinheiro e das mercadorias**. 2003. 357f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

INDRIÚNAS, L. **Projeto de manejo florestal dos Xikrin do Cateté**: perspectivas econômicas, históricas e político-institucionais. 2004. 122f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004. (Orientadora: Ph.D. Ligia T. L. Simonian).

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Relatório anual de atividades 2002**. São Paulo: ISA, abr. 2003, ano 8, Plano Trienal 2002-2004. 142 p.

\_\_\_\_\_. **Prestação de conta e atividades do projeto de manejo florestal da terra indígena Xikrin do Catete**. Relatório. São Paulo: ISA, dez. 2002. 50 p.

\_\_\_\_\_. **Projeto de exploração madeireira na TI Xikrin do Cateté**. São Paulo: ISA: dez. 2000. Disponível em: <www.socioambiental.org>. Acesso em: dez. de 2000. 12 p.

JOHN, L. **Sistema misto de conservação pode reduzir desmatamento na Amazônia**. Campinas: Agência Estado, nov. 2003. Disponível em: <www.agemado.com.br/ciencia>. Acesso em: 31 nov. 2003.

MEDINA, C. de A. **Entrevista** – o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

MORSELLO, C. **Market integration and sustainability in Amazonian indigenous livelihoods: the case of the Kayapó**. 2002. 301 f. Tese (Doutorado) - School of Environmental Sciences, University of East Anglia, Reino Unido, 2002.

SIMONIAN, L. T. L. **Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas**. Belém: MPEG, 2005. (Série Ciências Humanas). No prelo.

SOUZA, C. N. I. de. **Diagnóstico Xikrin do Cateté 2002**. São Paulo: ISA, out. 2002. 95 p.

TERENA, M. Uma palavra indígena 500 anos depois. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A-3, 2 jan. 2000.

TURNER, T. Os mebengokre Kayapó: história e mudança social: de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, M. C. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 311-338.

\_\_\_\_\_. De cosmologia, adaptação e consciência social entre os Kayapó. In: CASTRO, E. V. de; CUNHA, M. C. (Org.) **Amazônia, etnologia e história indígena**. São Paulo: FAPESP, NHII-USP, 1993. p. 53-66.

VIDAL, L. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira**. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1977.

\_\_\_\_\_. Questão indígena e meio ambiente: embates entre culturas e interesses diferenciados. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, p. 35-38, out/dez. 1989. (Ed. Perspectiva).

YIN, R. K. **Case study research**. 2. ed. Thousands Oaks: SAGE, 1994.

ZIMMERMAN, B.; PERES, C. A.; MALCOLN, J. R.; TURNER, T. Conservation and development alliances with the Kayapó of south-eastern Amazonia, a tropical forest indigenous people. **Environmental conservation**, Toronto, v. 28, n. 1, p. 10-22, 2001. (Foundation for Environmental Conservation).

\*Revisão de Texto: Albano Gomes e Ligia Simonian